

programa operacional da região centro

2 0 0 0 / 2 0 0 6



centro



programa operacional da região centro

2000/2006

novembro, 2000

comissão de coordenação da região centro

ministério do planeamento

Ficha Técnica

Autor

Comissão de Coordenação da Região Centro

Título

Programa Operacional da Região Centro - 2000-2006

Edição e Distribuição

Comissão de Coordenação da Região Centro

Rua Bernardim Ribeiro, 80 3030-069 Coimbra

E-mail: geral@ccr-c.pt Telf. 239 400 100 Fax 239 400 115

Responsável pela edição

Maria Helena Moura Ramos

Design e coordenação gráfica

Ideias e Soluções, lda.

Produção

Offsetarte, Artes Gráficas, lda.

Fotografia da pág. 5 cedida por NoticePress

tiragem 10 000 exemplares

ISBN 972-569-111-3

Dep. Legal 161363/01

Fevereiro 2001

qualificar
os recursos humanos

estruturar
o território e qualificar
o meio

reforçar
a competitividade da
economia regional

explorar
novas oportunidades
e valorizar os recursos
endógenos da região

a região são as pessoas



Este documento pretende dar aos beneficiários do PO Centro uma leitura rápida, capaz de identificar os eixos e as medidas em que as suas estratégias de investimento podem encontrar apoios.

Acredito que os agentes económicos e sociais, as autarquias, as administrações regionais e centrais, criem as articulações e acções capazes de aproveitar os apoios disponíveis para que nós e os nossos filhos tenhamos melhor qualidade de vida.

a região são as pessoas

O Programa Operacional Regional do Centro terá de ser um instrumento qualificante da Região Centro de Portugal.

É por isso, que o pilar essencial do PO Centro é qualificar os recursos humanos. Recursos humanos qualificados capazes de inovar e gerar riqueza, praticando a solidariedade e criando mais e melhor cidadania.

É para as pessoas que o PO Centro estabelece uma estratégia e disponibiliza meios para estruturar o território; qualificar o meio, em especial, o dos sistemas urbanos; tornar a economia regional competitiva; aumentar a coesão, explorando a geografia e as acessibilidades; e aproveitar os recursos hídricos e florestais.

O plano de desenvolvimento regional existe. Os actores estão mobilizados, os 573 milhões de contos estão disponíveis. Urge fazer.

O Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'João Vasco Ribeiro'.

(João Vasco Ribeiro)

O Programa Operacional da Região do Centro integra-se no Eixo 4 -Promover o Desenvolvimento Sustentável das Regiões e a Coesão Nacional - do Plano de Desenvolvimento Regional para 2000-2006.

São objectivos gerais do PO - Centro:

- Acesso da População aos “Serviços Universais” e Infra-estruturação do Território
- Qualificação Urbana e Ordenamento dos Espaços Constituintes das Cidades
- Restituição ao Meio Rural, à Agricultura e às Aldeias de Capacidade de Dinamização
- Valorização das Potencialidades de Territórios Específicos
- Qualificação dos Factores de Competitividade da Economia Regional

Este Programa estrutura-se em três Eixos Prioritários:

eixo I - apoio aos investimentos de interesse municipal e intermunicipal

aplicável a toda a região, destina-se a financiar projectos de investimento e acções de desenvolvimento à escala municipal e intermunicipal que concorram para a qualidade de vida e o desenvolvimento local. O montante de investimento previsto é de 160 milhões de contos (28%);

eixo II - acções integradas de base territorial

integra as intervenções em espaços específicos onde se identificam oportunidades estratégicas de desenvolvimento, quer pelos recursos e dinâmicas que importa valorizar, quer pelas insuficiências a corrigir e ultrapassar. O montante de investimento previsto é de 60 milhões de contos (11%);

eixo III - intervenções da administração central regionalmente desconcentradas

integra as intervenções que, obedecendo a uma lógica nacional e sectorial, serão implementadas numa base regional, de acordo com as especificidades territoriais e enquadradas na estratégia de desenvolvimento da região. O montante de investimento previsto é de 352 milhões de contos (61%)

Eixos Prioritários e Medidas

eixo I – apoio aos investimentos de interesse municipal e intermunicipal

Aplicável em toda a região, integra um conjunto de acções de diversa natureza que concorrem para a qualidade de vida e para o desenvolvimento local, procurando assegurar um serviço universal de equipamentos e infra-estruturas públicas que, obedecendo a um princípio da equidade contribuam para a qualidade de vida de toda a população independentemente do lugar onde viva.

objectivos

- Dotar as comunidades locais com os equipamentos de natureza social e de utilização colectiva necessários à qualidade de vida das populações;
- Assegurar a concretização dos equipamentos de apoio às actividades económicas e de qualificação de novas formas de organização empresarial a nível local;
- Qualificar as infra-estruturas de mobilidade e o espaço urbano;
- Investir na qualificação ambiental e na valorização dos recursos naturais, designadamente na qualidade da água;
- Viabilizar acções de dinamização económica e de promoção do desenvolvimento local;
- Promover a qualificação dos recursos humanos reforçando as capacidades dos agentes locais.

medida I.1 equipamentos e infraestruturas locais

tipo de projectos

- Construção/remodelação/modernização de sistemas de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e/ou pluviais, de caminhos e estradas municipais, arruamentos, estações de camionagem; outras iniciativas que concorram para a segurança rodoviária e a intermodalidade de modos de transporte;
- Construção/reconversão de mercados, parques de negócios, incubadoras, centros de artes e ofícios, zonas industriais e edifícios de utilização comum pelas actividades económicas ou suas organizações;
- Equipamentos de turismo, desporto, recreio e lazer ou que prossigam fins culturais; de apoio à infância (escolas, bibliotecas, ludotecas) ou dirigidos à terceira idade;
- Intervenções de requalificação urbana (praças, passeios, iluminação pública, etc.);
- Infra-estruturas de espaços devidamente licenciados, através de processo específico, como Áreas de Localização Empresarial, direccionados para a criação de sinergias e prestação de serviços comuns às actividades económicas nelas instaladas ou a instalar, e geridos por sociedades gestoras.

beneficiários

Câmaras Municipais (isoladamente ou associadas a outras entidades que prossigam fins públicos), Associações de Municípios, Empresas Municipais Públicas ou com capitais maioritariamente públicos, Sociedades Gestoras de Áreas de Localização Empresarial, ou quando não forem de capitais maioritariamente públicos, entidades públicas ao abrigo de um protocolo estabelecido com a sociedade gestora ou entidades públicas parceiras na sociedade gestora e por esta mandatada.

medida I.2 ambiente e recursos naturais

tipo de projectos

- Construção e reconversão de sistemas municipais e inter-municipais de abastecimento de água (captação, tratamento, adução e reserva);
- Sistema de drenagem e tratamento de águas residuais;
- Redes de drenagem de águas residuais e infraestruturas em baixa;
- Construção e ou reabilitação de ETAR e emissários;
- Selagem de lixeiras, vazadouros e sistemas de recolha separativa de resíduos sólidos urbanos.

beneficiários

Câmaras Municipais; Associações de Municípios; Empresas Municipais e Inter-Municipais Públicas ou com capitais maioritariamente públicos.

medida I.3 acessibilidades

tipo de projectos

- Construção e beneficiação de eixos supramunicipais de carácter estruturante;
- Construção de variantes aos centros urbanos, sedes de concelho e outros aglomerados com tráfego considerável;
- Ligações a equipamentos de utilização colectiva cuja influência ultrapasse o território concelhio; parques de estacionamento periféricos;
- Centros coordenadores de transporte com funções intermodais;
- Terminais de mercadorias/plataformas de grupagem;
- Preparação e implementação de sistemas intermunicipais de transporte.

beneficiários

Câmaras Municipais isoladamente ou em associação, serviços municipalizados de transporte público urbano, empresas intermunicipais públicas ou com capitais maioritariamente públicos.

medida I.4 qualificação dos aglomerados urbanos e das estruturas de povoamento

tipo de projectos

- Remodelação de infra-estruturas urbanísticas;
- Recuperação de centros históricos e espaços urbanos turístico-culturais;
- Valorização da qualidade e ambiente urbano;
- Recuperação de fachadas e coberturas de imóveis habitacionais desde que integrados em núcleos históricos;
- Tratamento, consolidação e valorização de castelos, fortalezas, panos de muralha e outros sítios de manifesto interesse histórico ou arqueológico;
- Tratamento e valorização de espaços verdes, cercas, parques, áreas de lazer e outros espaços de utilização pública, no espaço urbano consolidado ou a consolidar.

beneficiários

Câmaras Municipais isoladamente ou associadas a outras entidades que prossigam fins públicos.

medida I.5 apoio às actividades económicas, acções de desenvolvimento territorial e apoio à eficácia das políticas públicas

tipo de projectos

acções de dinamização das economias locais e regionais

- Qualificação e promoção de produtos regionais (redes de distribuição, certificação de produtos, melhoria da qualidade de produtos;
- Acções de valorização dos recursos locais (artesanato, património, arqueologia...);
- Acções de animação e de promoção dos recursos turísticos;
- Eventos de índole socio-cultural relevantes para a competitividade e o reforço da imagem dos territórios.

promoção e reforço das iniciativas empresariais

- Criação e reforço de estruturas prestadoras de serviços à actividade económica;
- Acções inovadoras de qualificação de serviços;
- Projectos que visem melhorar o nível organizativo das estruturas produtivas, a modernização e a optimização dos canais de comercialização e distribuição de produtos certificados.

dinamização do acesso à informação, intercâmbio de experiências e cooperação

- Constituição e desenvolvimento de estruturas de animação socio-económica que concretizem parcerias locais e interregionais;
- Estudos que facilitem o acesso das empresas à informação e estudos de inovação organizacional;
- Realização de missões empresariais e participação em feiras internacionais;

- Criação de bases de dados e de sistemas de intercâmbio e de difusão de informação
- Acções de cooperação interregional e transnacional.

reforço da eficácia das políticas públicas

- Acções de demonstração de boas práticas em matéria de ordenamento do território e utilização das novas tecnologias;
- Projectos piloto em novos domínios de desenvolvimento territorial, estudos de planeamento e preparação de projectos de grandes intervenções territoriais;
- Constituição de sistemas de informação e exploração de tecnologias SIG.

beneficiários

Câmaras Municipais; Outras entidades públicas (incluindo institutos públicos); Associações e Agências de Desenvolvimento; Associações empresariais; Entidades privadas sem fins lucrativos, designadamente as ADL.

medida I.6 desenvolvimento dos recursos humanos

tipo de projectos/acções de formação

- que visem a modernização e melhoria da qualidade da administração pública local;
- que visem apoiar processos de informatização para a modernização administrativa, para a desburocratização, para a qualidade, para a melhoria do serviço e da informação prestadas aos cidadãos e às empresas;
- que visem o reforço da competências técnicas para racionalização e optimização da utilização das infra-estruturas e equipamentos de natureza municipal e inter-municipal, melhorando a qualidade do serviço prestado, ou que visem a atribuição de competências ao nível do planeamento, programação, execução e controlo de investimentos municipais e intermunicipais;
- que visem o reforço da competências técnicas nos domínios do Planeamento, Ambiente, Ordenamento do Território, Gestão Urbanística e Transportes, no sentido de proporcionar maior qualidade de vida aos cidadãos, e ainda em novas áreas fundamentais que decorram do processo em curso de transferência de atribuições e competências para a administração pública local;
- que visem garantir a formação generalizada e a sensibilização para o uso intensivo dos meios informáticos, assegurando o nível de conhecimentos básicos e necessários ao desempenho eficiente e eficaz de funções mediante a utilização das novas tecnologias de informação e de comunicação;
- que visem o apoio ao desenvolvimento da formação.

destinatários

Funcionários e agentes da Administração Local, designadamente de Municípios e associações de Municípios, Freguesias e associações de Freguesias, Empresas Municipais e Inter-municipais, Empresas Concessionárias de serviços Municipais e, ainda, Empresas Públicas, Concessionárias do Estado e de capitais Mistos, quando estas se substituam aos Municípios em funções da sua competência

medida I.7 acções específicas de valorização territorial

tipo de projectos

- Qualificação dos centros urbanos estruturadores do território, que contribuam para reforçar complementaridades e a competitividade do sistema urbano regional;
- Reforço da capacidade competitiva, coesão e desenvolvimento urbano e a integração em redes de cidades;
- Valorização dos espaços territoriais que, pelas suas especificidades ou iniciativas entretanto desenvolvidas, se revelem estruturantes para a qualificação, articulação, competitividade e coesão regional;
- Promoção da qualificação ambiental e paisagística, designadamente infraestruturas (estradas verdes, recuperação de miradouros, recuperação de percursos pedestres), recuperação e valorização do património construído e natural (revitalização de actividades tradicionais, valorização/protecção/ recuperação de sítios e locais arqueológicos, qualificação de pequenos núcleos rurais e de sítios e de locais simbólicos com interesse turístico-cultural);
- Projectos demonstradamente pertinentes para a continuidade do Pacto Territorial da Marinha Grande;
- Acções de minimização dos riscos sobre os ecossistemas e de recuperação do passivo ambiental (recuperação da paisagem, provocados por actividades mineiras em declínio e outras actividades extractivas).

beneficiários

Municípios e Associações de Municípios, isoladamente ou em parceria com entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos e Empresas públicas de capitais mistos e concessionárias do Estado.

medida I.8 bonificação de juros em linhas de crédito ao investimento autárquico

tipo de projectos

Projectos de investimento de natureza municipal e inter-municipal comparticipados pelo FEDER e aprovados no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006 ou dos programas de iniciativa comunitária.

beneficiários

Municípios e Associações de Municípios.

eixo II – acções integradas de base territorial

Integra as intervenções em espaços específicos onde se identificam as oportunidades estratégicas de desenvolvimento, quer pelos recursos e dinâmicas que importa valorizar quer pelas insuficiências a corrigir e ultrapassar.

acção integrada para a qualificação e competitividade das cidades

objectivo

Promover os nós fundamentais para a estruturação do território da região e para a sua inserção nas dinâmicas de desenvolvimento e competitividade de nível europeu e mundial.

acções inovadoras de dinamização das aldeias

objectivo

Apoiar intervenções integradas em aldeias do interior em que, pelas suas características específicas, se reconhece uma potencialidade para a dinamização económica e social do seu micro-território com potenciais efeitos inovadores e demonstrativos.

acção integrada “turismo e património no vale do Côa”

objectivos

- Preservar e valorizar o património natural e cultural;
- Qualificar e equipar os aglomerados urbanos e rurais por forma a integrarem um produto turístico diversificado e complementar;
- Promover e dinamizar actividades turístico-culturais capazes de criar emprego e gerar riqueza.

acção integrada de base territorial da Serra da Estrela

objectivos

- Garantir a utilização sustentável dos recursos naturais e a qualidade ambiental e paisagística;
- Promover o aproveitamento e valorização do potencial de desenvolvimento turístico;

acção integrada de base territorial do Pinhal Interior

objectivos

- Apoiar o lançamento de um programa coerente de protecção e valorização da floresta;
- Proteger e valorizar os recursos hídricos e explorar as novas oportunidades de desenvolvimento a eles associadas;
- Realizar acções que permitam o “desencravamento” desta área e a sua articulação com as áreas mais dinâmicas do país e da região;

medida II.1 acção integrada para a qualificação e competitividade das cidades – componente territorial (FEDER)

tipo de projectos

- Melhoria da qualidade visual da paisagem urbana e a qualificação do espaço público, contemplando mobiliário urbano e outro equipamento considerado necessário;
- Incremento da extensão dos percursos de circulação pedonal e de bicicletas;
- Restrição à circulação automóvel, em particular dos veículos de utilização individual através, nomeadamente, da criação de áreas de estacionamento e da reestruturação da rede viária na malha urbana;
- Utilização dos modos de transporte colectivo e/ou que promovam modos de transporte urbanos favoráveis ao ambiente;
- Criação de sistemas de gestão de dados relativos aos transportes colectivos e de informação ao público, visando o incremento da sua eficiência e atractividade;
- Recuperação/valorização ou construção de edifícios com interesse patrimonial ou funcional;
- Recuperação ambiental e urbanística de áreas urbanas em declínio, e/ou cujas funções anteriores foram desactivadas, podendo contemplar a modernização de infra-estruturas, a criação de espaços colectivos de identidade e referência urbana, a promoção de centros de cultura e conhecimento, de recreio e lazer, de apoio social ou de utilização de novas tecnologias de informação e comunicação;
- Acções que permitam a melhoria da capacidade institucional, de planeamento e gestão urbana e de participação do público, através de estudos, planos, projectos e infra-estruturas que reforcem os sistemas de apoio à decisão e de divulgação ao público;
- Estudos, planos, projectos e assessoria técnica tendo em vista a execução e a gestão de acções que concorram para os objectivos desta Medida

beneficiários

Serviços do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, Municípios e Associações de Municípios; outras entidades, públicas ou privadas, mediante protocolo ou outra forma de contratualização com o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

medida II.2 acção integrada para a qualificação e competitividade das cidades – componente empregabilidade (FSE)

tipo de projectos

- Reforço das competências, nomeadamente, nos domínios da programação e produção cultural, da animação urbana, do apoio ao comércio e restauração, das tecnologias de informação, dos serviços de ambiente, do apoio à gestão de equipamentos colectivos, da reabilitação do património, etc.;
- Dinamização de iniciativas ligadas ao turismo, comércio, ambiente, novas tecnologias, cultura e ao património; qualifiquem o planeamento da rede e a gestão de serviços e equipamentos nas áreas, nomeadamente, do ambiente, transportes, cultura, apoio social, desporto e lazer; melhorem a promoção, gestão e acompanhamento de intervenções de combate à exclusão social; reforcem as competências empresariais, ao nível da promoção de produtos e actividades no exterior, da captação de investimentos, das novas tecnologias, da inovação organizacional, etc..

beneficiários

Serviços do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, Municípios e suas Associações; outras entidades, públicas ou privadas, mediante protocolo ou outra forma de contratualização com o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

medida II.3 acções inovadoras de dinamização das aldeias

Serão enquadráveis cinco tipos de intervenção/Linhas de Acção:

contratos de aldeia

tipo de projectos

- Qualificação das redes de infraestruturas básicas;
- Melhoria da acessibilidade às aldeias e das condições de circulação interna;
- Renovação de espaços públicos (praças, recintos de feiras e mercados), recuperação do património rural de carácter colectivo (fontanários, moinhos de água e de vento, fornos comunitários), e de edifícios de traça tradicional refuncionalizando-os ao serviço da comunidade local e à procura turística;
- Acções de valorização e informação da aldeia, como sinalização, animação e promoção de produtos locais.

beneficiários

- Câmaras Municipais;
- Associações de Desenvolvimento e outras entidades sem fins lucrativos em parceria com as Câmaras Municipais.

aldeias históricas

tipo de projectos

- Qualificação da rede de infraestruturas e arranjos urbanísticos;
- Recuperação de edifícios públicos, monumentos, castelos, panos de muralha e outro património monumental;
- Beneficiação de fachadas e coberturas em imóveis habitacionais;
- Recuperação e adaptação de imóveis para utilização turística (pousada, postos de turismo, etc.);

- Acções globais de valorização da rede “Aldeias Históricas” e iniciativas de promoção turística e cultural;
- Dinamização e animação do tecido económico, em particular nas vertentes do lazer, alojamento e valorização de produtos tradicionais com recurso ao sistema *minimis*;
- Apoio às acções de acompanhamento técnico.

beneficiários

- Câmaras Municipais;
- Organismos da Administração Central;
- Institutos Públicos que prossigam fins turísticos e ou culturais;
- Associações de desenvolvimento local em parceria com a Câmara Municipal;
- Privados

âmbito geográfico

Castelo Rodrigo, Marialva, Almeida, Castelo Mendo, Linhares, Sortelha, Piodão, Castelo Novo, Monsanto, Idanha-a-Velha e mais duas Aldeias que, encerrando valor histórico patrimonial idêntico, contribuam para conferir coerência e maior lógica de funcionamento à rede.

centros rurais

tipo de projectos

- Melhoria da rede de infraestruturas básicas e qualificação do espaço público;
- Recuperação de pequenos equipamentos (estábulo, palheiros, moinhos), adaptando-os às necessidades actuais da população;
- Recuperação da envolvente paisagística criando condições de utilização (miradouros, parques de merendas) e preservando a qualidade dos espaços naturais;

- Acções de apoio à divulgação, promoção e comercialização dos produtos certificados ou cuja qualidade seja emblemática do Centro Rural;
- Acções de animação divulgadoras de práticas tradicionais a que se possam associar outras iniciativas, nomeadamente de desporto e lazer;
- Apoio à implementação do PGI.

beneficiários

- Autarquias Locais;
- Organismos da Administração Central;
- Institutos Públicos que prossigam fins turísticos e ou culturais;
- Associações de Desenvolvimento Local.

âmbito geográfico

Centros Rurais de Côa, Alto Mondego, Centro de Portugal, Meda/Trancoso (Teja), Almeida/Sabugal, Serras D 'Aire e Candeeiros, Serra do Açor, Sicó, Norte Lafões, Alto Dão, Ocreza, Cova da Beira e Figueira de Castelo Rodrigo (integrado no de Vila Nova de Foz Côa/Figueira Castelo Rodrigo), e outros a propôr de acordo com critérios a estabelecer.

aldeias digitais

tipo de projectos

- Adaptação de instalações para utilização de tecnologias de informação e comunicação;
- Aquisição de equipamentos, desde que integrados em projectos que prossigam uso colectivo e permitam a melhoria do acesso a serviços e informações de interesse para as comunidades locais (saúde, educação, administração local, turismo etc.);
- Acções de promoção do meio rural e suas potencialidades através da utilização das tecnologias de informação e comunicação.

beneficiários

- Câmaras Municipais;
- Operadores de Telecomunicações;
- Administração Central e serviços desconcentrados;
- Associações de Desenvolvimento e outras entidades sem fins lucrativos, designadamente Agências de Desenvolvimento Regional, desde que em parceria com as Câmaras Municipais

vilas teletrabalho

tipo de projectos

- Infra-estruturas gerais de comunicação e equipamentos informáticos;
- Aplicações de teletrabalho e de suporte adaptadas aos diversos perfis de utilização;
- Instalações de terminais nos centros públicos de teletrabalho;
- Campanhas de *marketing e divulgação* dos centros e das iniciativas empresariais instalados.

beneficiários

- Câmaras Municipais;
- Operadores, Institutos e Centros de Investigação em Telecomunicações;
- Associações Empresariais;
- Privados com recurso ao sistema *minimis*

medida II.4 acção integrada “turismo e património no vale do Côa”

Serão enquadráveis nesta Medida quatro Linhas de Acção:

valorização do Parque Arqueológico do Vale do Côa

tipo de projectos

- Instalação de Centros de Acolhimento, sejam novas construções ou adaptação/ remodelação de edifícios existentes bem como iniciativas conducentes à preservação e qualificação de espaços públicos envolventes;
- Iniciativas e acções ligadas à construção e funcionamento do Museu e à investigação arqueológica, bem como à promoção das actividades desenvolvidas pelo Parque Arqueológico;
- Limpeza e consolidação de sítios de interesse arqueológico e instalação de sinalização;
- Edição de publicações e suportes informativos.

beneficiários

Instituto Português de Arqueologia; Parque Arqueológico; Centro Nacional de Arte Rupestre; Empresas de capitais públicos; Outros Organismos da Administração Central.

promoção do desenvolvimento turístico

tipo de projectos

- Construção e beneficiação da rede viária local, caminhos panorâmicos e de relevante interesse turístico;
- Sistemas de abastecimento de água, recolha e tratamento de efluentes e redes de recolha de resíduos sólidos;
- Valorização dos recursos hídricos através da eliminação de focos de poluição e requalificação das margens dos rios;

- Aproveitamento dos recursos termais e respectiva infraestruturaco, com vista à sua divulgao e promoo;
- Implementao de uma rede de praias fluviais, dotando-as de equipamentos de desporto e recreio;
- Criao de uma rede de postos de turismo e definio de circuitos turstico-culturalis, que articulem o Parque Arqueolgico com a diversidade de produtos tursticos que a área encerra (ex. circuito das amendoeiras em flor, Douro Internacional, Aldeias Histricas, Castelos da Raia);
- Acoes conducentes à implementao de um observatrio faunístico, à explorao e valorizao de outros recursos tursticos, nomeadamente os cinegéticos, através de lanamento de acoes de ordenamento e fomento das espécies e melhoria do seu habitat;
- Criao de um espao multiuso que possa funcionar como mostra permanente de produtos regionais e locais.

beneficiários

Câmaras Municipais isoladamente ou em associao; Organismos desconcentrados da Administrao Central; Associaoes de Desenvolvimento e outras entidades sem fins lucrativos, designadamente Agências de Desenvolvimento Regional; Órgãos regionais de turismo.

reabilitao dos aglomerados e recuperao do patrimnio

tipo de projectos

- Recuperao e arranjo dos espaos pblicos através da valorizao de praas, largos, arruamentos, incluindo enterramento de infraestruturas e instalao de mobiliário urbano;
- Valorizao de edificios pblicos, monumentos, castelos e panos de muralha;
- Beneficiao de fachadas e coberturas em imóveis habitacionais.

beneficiários

Câmaras Municipais isoladamente ou em associao; Organismos da Administrao Central; Associaoes de Desenvolvimento e outras entidades sem fins lucrativos, designadamente Agências de Desenvolvimento Regional.

dinamização económica e social

tipo de projectos

- Organização e participação em exposições, mostras e feiras;
- Valorização dos produtos endógenos através da sua certificação, comercialização e promoção, e apoio na criação de espaços para exposição e venda;
- Dinamização dos agentes económicos através de realização de seminários, encontros, e prestação de serviços de apoio e informação aos pequenos e médios investidores;
- Animação das infraestruturas e dos equipamentos, em particular nos domínios da cultura, desporto e lazer;
- Apoio à iniciativa privada através do sistema *minimis* para a criação de alojamento e micro-unidades de animação turística, de venda e promoção de produtos locais;
- Animação e promoção socio-cultural com edição de textos e suportes informativos e de divulgação.

beneficiários

Câmaras Municipais isoladamente ou em associação; Organismos desconcentrados da Administração Central; Institutos públicos; Associações Empresariais, de Desenvolvimento e outras entidades sem fins lucrativos, designadamente Agências de Desenvolvimento Regional; Privados.

âmbito geográfico

Concelhos de Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Meda, Pinhel, Sabugal, Trancoso, Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa.

medida II.5 acção integrada de desenvolvimento da Serra da Estrela

Serão enquadráveis nesta Medida seis Linhas de Acção:

qualificação e valorização ambiental e paisagística

tipo de projectos

- Recuperação, requalificação e preservação da paisagem (p.e. demolição de estruturas que agridem a paisagem);
- Recuperação ambiental de áreas sensíveis;
- Recuperação paisagística dos rios (leitos, margens e açudes tradicionais) e albufeiras.

recuperação do povoamento rural e qualificação dos aglomerados tradicionais

tipo de projectos

- Recuperação de edifícios e conjuntos edificados com valor patrimonial;
- Renovação de espaços públicos e zonas de lazer;
- Acções integradas de recuperação e qualificação das aldeias, em particular as “Aldeias de Montanha”, tendo por base planos de intervenção abrangendo as infra-estruturas, a acessibilidade interna, a recuperação do património construído, o melhoramento de fachadas, etc.;
- Conservação e recuperação de casas com características arquitectónicas regionais e sua reutilização, nomeadamente para fins turísticos;
- Recuperação e adaptação de edifícios de carácter monumental e/ou traça tradicional para funções de serviço às comunidades locais ou de apoio a actividades tradicionais/artesanais e ao turismo;
- Recuperação de património de carácter colectivo de relevância para salvaguarda das tradições locais (fontanários, moinhos de água e de vento,

fornos comunitários, antigas instalações industriais de transformação do barro, de metais, têxteis-lã, etc.);

- Recuperação de sítios e monumentos em espaço rural (castros, monumentos megalíticos, vias romanas, canadas para transumância do gado, etc.) para poderem ser visitados, bem como arranjo e protecção dos espaços envolventes;
- Acções de melhoria das acessibilidades e infra-estruturas (em particular das ambientais) dos núcleos populacionais isolados.

beneficiários

Municípios e Associações de Municípios; Administração Central; Institutos Públicos; Agências de Desenvolvimento Regional; Associações de Desenvolvimento Local e outras entidades sem fins lucrativos, em parceria com a Câmara Municipal; Privados e suas associações.

acessibilidades e circuitos turísticos

tipo de projectos

- Criação e melhoria de vias turísticas de acesso (p.e. ligações ao Maciço Central), respeitando as restrições de carácter ambiental;
- Valorização de locais de fruição da paisagem e da natureza (miradouros, etc.);
- Criação de parques de estacionamento e circuitos alternativos que ordenem o tráfego e minimizem a circulação nas áreas mais sensíveis;
- Criação e instalação de sinalização turística e organização de itinerários temáticos.

beneficiários

Municípios e Associações de Municípios; Administração Central; Institutos Públicos; Agências de Desenvolvimento Regional; Associações de Desenvolvimento Local e outras entidades sem fins lucrativos, em parceria com a Câmara Municipal; Instituições do Ensino Superior e Politécnico; Órgãos regionais de turismo.

reforço do potencial turístico e ambiental

tipo de projectos

- Criação de infra-estruturas de turismo e lazer (estâncias termais, parques de campismo, centros de férias, pousadas, parques temáticos, centros de interpretação, postos de informação, eco-museus, etc.);
- Criação de equipamentos de desporto e lazer, em particular os que aproveitem das condições de altitude do território e da presença de neve (desportos radicais e de aventura, ski, etc.);
- Criação de espaços devidamente ordenados para actividades ligadas à fruição da natureza (pesca desportiva, parques de merendas, percursos pedestres, etc.);
- Apoio à iniciativa privada através do sistema *minimis* para a criação de alojamento e micro-unidades de animação turística, de venda e promoção de produtos locais.

beneficiários

Municípios e Associações de Municípios; Administração Central; Institutos Públicos; Agências de Desenvolvimento Regional; Associações de Desenvolvimento Local e outras entidades sem fins lucrativos, em parceria com a Câmara Municipal; Instituições do Ensino Superior e Politécnico; Empresas municipais e intermunicipais; Privados e suas associações.

acções de ordenamento e planeamento

tipo de projectos

- Revisão do Plano de Ordenamento do parque Natural da Serra da Estrela;
- Apoio, em articulação com as instituições de Ensino Superior, a iniciativas de investigação e desenvolvimento nos domínios do ambiente e do património natural;
- Elaboração de planos de recuperação e salvaguarda de aldeias com interesse patrimonial;

- Estudos de viabilidade de grandes projectos integrados, de características estruturantes nos sectores do turismo e lazer.

beneficiários

Municípios e Associações de Municípios; Administração Central; Institutos Públicos; Agências de Desenvolvimento Regional; Associações de Desenvolvimento Local e outras entidades sem fins lucrativos, em parceria com a Câmara Municipal; Instituições do Ensino Superior e Politécnico; Centros de Investigação; Centros Tecnológicos.

valorização e animação turística e ambiental

tipo de projectos

- Criação de espaços para funcionamento e mostra das actividades tradicionais e apoio à comercialização e divulgação do artesanato da Serra da Estrela;
- Promoção interna e externa do conjunto do território da Serra da Estrela e dos seus recursos (criação de uma estratégia de promoção regional, edição de material promocional, participação em eventos, acções publicitárias, etc.);
- Realização de eventos de carácter social e cultural que dinamizem as comunidades rurais, a actividade económica e o turismo;
- Acções de sensibilização e educação ambiental;
- Edição de material didáctico sobre a natureza e o ambiente.

beneficiários

Municípios e Associações de Municípios; Administração Central; Institutos Públicos; Agências de Desenvolvimento Regional; Associações de Desenvolvimento Local e outras entidades sem fins lucrativos, em parceria com a Câmara Municipal; Instituições do Ensino Superior e Politécnico; Centros de Investigação; Centros Tecnológicos; organização de Produtores; Privados e suas associações; Órgãos regionais de turismo.

âmbito geográfico

Concelhos de Aguiar da Beira, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Manteigas, Oliveira do Hospital e Seia.

medida II.6 acção integrada de base territorial do Pinhal Interior (FEDER)

Serão enquadráveis nesta Medida cinco Linhas de Acção:

reforço e requalificação da capacidade de alojamento turístico

tipo de projectos

- Estabelecimento de alojamento turístico de qualidade, devidamente integrado nos eixos de maiores potencialidades;
- Requalificação de unidades de alojamento turístico e parques de campismo localizados nos eixos de maiores potencialidades.

apoio à animação turística

tipo de projectos

- Instalação de equipamentos de animação turística no tocante às actividades *out-door*.

promoção turística do território

tipo de projectos

- Iniciativas de promoção e divulgação segundo uma óptica global, consentâneas com a estratégia de desenvolvimento e um plano de *marketing* estabelecido

infraestruturas e equipamentos de promoção das potencialidades

tipo de projectos

- Estabelecimento de uma rede de percursos activos (pedestres, BTT, TT, rodoviários) e culturais (arqueologia, arquitectura tradicional) numa perspectiva integrada que promova a globalidade da região, potenciando as diversas valências e diversificando a oferta, incluindo o estabelecimento de “estradas panorâmicas” devidamente infra-estruturadas (fontes, locais de lazer, leitores de paisagem, miradouros, sinalização);

- Requalificação ou estabelecimento de novas praias fluviais, numa óptica de valorização da rede hidrográfica e dos planos de água;
- Requalificação de um conjunto de aldeias serranas (recuperação de coberturas e fachadas, requalificação de espaços sociais, instalação de mobiliário urbano, recuperação de pavimentos de ruas e calçadas, infraestruturaração com redes básicas) que sustente uma rede de sítios de interesse turístico;
- Estabelecimento de uma iniciativa museológica constituída por iniciativas temáticas ou desenvolvidas em conjuntos ou em elementos isolados (do restauro de património classificado à recuperação/reconversão de construções de apoio à actividade agrícola), dispersos pelo território e preservados *in situ*.

acessibilidades locais e transversais

tipo de projectos

- Construção ou beneficiação de acessibilidades locais a lugares inseridos na rede de promoção.

beneficiários

Associações de Desenvolvimento e outras entidades sem fins lucrativos, designadamente Agências de Desenvolvimento Regional; Associações de produtores de produtos certificados; Câmaras Municipais, isoladamente ou em associação; Institutos públicos; Organismos da administração central; Privados; Regiões de Turismo.

âmbito geográfico

São abrangidos os seguintes concelhos: Alvaiázere, Ansião, Arganil, Castanheira de Pêra, Castelo Branco (freguesias de Alameda, Santo André das Tojeiras, S. Vicente da Beira e Sarzedas), Figueiró dos Vinhos, Fundão (freguesias de Barroca, Bogas de Baixo, Bogas de Cima, Janeiro de Cima e Silvares), Góis, Lousã, Mação, Miranda do Corvo, Oleiros, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela, Proença-a-Nova, Sertã, Tábua, Vila Nova de Poiares, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão (freguesias de Fratel, Sarnadas do Ródão e Vila Velha de Ródão).

medida II.7 acção integrada de base territorial do Pinhal Interior (FEOGA)

Esta Medida articular-se-á, fundamentalmente, com a medida II.6 (FEDER).

Serão enquadráveis nesta Medida onze Linhas de Acção:

apoio à silvicultura e apoio ao restabelecimento do potencial de produção silvícola

tipo de projectos/despesas elegíveis

- Arborização e rearborização
- Manutenção dos povoamentos florestais
- Beneficiação de florestas existentes
- Infra-estruturas
- Actividades de uso múltiplo em superfícies florestais
- Cartografia digital

beneficiários

Pessoas singulares ou colectivas de direito privado; Órgãos dos baldios; Organismos da administração central nos termos da lei dos baldios; Organismos da administração local; Empresas participadas pelo Estado em menos de 50%

apoio à produção de plantas e sementes

tipo de projectos/despesas elegíveis

- Beneficiação de material de base
- Aquisição de equipamento para modernização de viveiros florestais
- Aquisição de equipamentos para a apanha, processamento e conservação de sementes

- Instalação de pomares de semente, progenitores familiares, clones e mistura clonal, incluindo a manutenção
- Construção e beneficiação de infra-estruturas
- Cartografia digital

beneficiários

Pessoas singulares; Pessoas colectivas de direito privado; Órgãos de administração dos baldios; Organismos da administração local; Organismos da administração central nos termos da lei dos baldios; Entidades gestoras de fundos imobiliários florestais; Empresas participadas pelo Estado em menos de 50%

colheita, transformação e comercialização de cortiça

tipo de projectos/despesas elegíveis

- Aquisição de máquinas e equipamentos
- Construção ou modernização de instalações

beneficiários

Pessoas singulares ou colectivas de direito privado

apoio à exploração florestal, comercialização e transformação de material lenhoso e de gema de pinheiro

tipo de projectos/despesas elegíveis

- Aquisição de máquinas e equipamentos para operações de colheita e pós-colheita
- Construção ou modernização de instalações e infra-estruturas
- Investimentos em tecnologias inovadoras para a extracção de resina
- Aquisição de programas informáticos

beneficiários

Pessoas singulares; Pessoas colectivas de direito privado; Órgãos dos baldios; Comunidades locais detentoras de terrenos baldios; Organismos da administração local

promoção de novos mercados e qualificação dos produtos florestais

tipo de projectos/despesas elegíveis

Contratação de serviços/recursos humanos e aquisição de equipamentos para:

- Estudos e acções de sensibilização
- Estudos e acções para definição de normas e padrões de qualidade
- Criação de marcas e designações de origem
- Apoio à certificação florestal
- Divulgação e sensibilização para a gestão florestal sustentável

beneficiários

Órgãos dos baldios; Centros tecnológicos; Pessoas colectivas de direito privado; Organismos da administração local

apoio à instalação de organizações de produtores florestais

tipo de projectos/despesas elegíveis

Constituição e arranque de associações e cooperativas de produtores florestais e das estruturas organizativas dos baldios

beneficiários

Associações de produtores florestais e cooperativas florestais ou com secção florestal; Órgãos de administração dos baldios

apoio à constituição e instalação de prestadores de serviços florestais

tipo de projectos/despesas elegíveis

Constituição e instalação de entidades prestadoras de serviços técnicos de natureza florestal aos produtores florestais

beneficiários

Cooperativas de serviços florestais; Pequenas empresas de serviços florestais

apoio à prestação de serviços florestais

tipo de projectos/despesas elegíveis

Prestação de serviços técnicos especializados e de qualidade, essenciais ao desenvolvimento sustentável da floresta

beneficiários

Cooperativas de serviços florestais; Pequenas empresas de serviços florestais;

apoio à prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos

tipo de projectos/despesas elegíveis

- Acções e investimentos em espaços florestais com vista à prevenção de incêndios florestais e de outras situações de emergência (componente 1)
- Adopção, a título experimental, de medidas de protecção fitossanitária, através da elaboração e aplicação de planos de intervenção plurianuais (componente 2)

beneficiários

Produtores florestais (só na Componente 1); Organizações de produtores florestais; Organismos da Administração Pública detentores e gestores de superfícies florestais; Órgãos de Administração e gestão de baldios; Autarquias locais

apoio à valorização e conservação dos espaços florestais de interesse público

tipo de projectos/despesas elegíveis

- Conservação e melhoria das florestas, nomeadamente os relativos à protecção dos solos, da água e dos ecossistemas florestais, e à redução dos riscos de incêndios

beneficiários

Produtores florestais; Organizações de produtores florestais; Órgãos de Administração de baldios; Autarquias locais; Outras pessoas colectivas de direito privado detentoras de áreas florestais.

âmbito geográfico

São abrangidos os seguintes concelhos: Alvaiázere, Ansião, Arganil, Castanheira de Pêra, Castelo Branco (freguesias de Almededa, Santo André das Tojeiras, S. Vicente da Beira e Sarzedas), Figueiró dos Vinhos, Fundão (freguesias de Barroca, Bogas de Baixo, Bogas de Cima, Janeiro de Cima e Silvares), Góis, Lousã, Mação, Miranda do Corvo, Oleiros, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela, Proença-a-Nova, Sertã, Tábua, Vila Nova de Poiares, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão (freguesias de Fratel, Sarnadas do Ródão e Vila Velha de Ródão).

medida II.8 desenvolvimento dos recursos humanos e promoção da coesão social

Serão enquadráveis nesta Medida duas Linhas de Acção:

promoção da empregabilidade em sectores de actividade relacionadas com os recursos específicos dos territórios de intervenção

tipo de projectos

- Acções de formação específicas para a recuperação do saber-fazer de produtos tradicionais, a melhoria da sua qualidade e a comercialização
- Acções de formação orientadas para actividades que promovam os recursos locais
- Acções de formação aos produtores para a valorização dos seus produtos de pequena escala

formação para a integração social

tipo de projectos

- Acções de formação orientadas para a promoção das competências pessoais e sociais, de comunidades e grupos sociais em situação de desfavorecimento ou de exclusão social;
- Formação com vista à criação do próprio emprego
- Formação de técnicos para responder a necessidades específicas nos domínios das “novas jazidas de emprego”.

beneficiários

Municípios e Associações de Municípios; Associações Empresariais; Agências de Desenvolvimento Regional; Associações de Desenvolvimento Local; Instituições Privadas de Solidariedade Social; Serviços Desconcentrados da Administração; Outras entidades públicas e privadas sem fins lucrativos

eixo III – intervenções da administração central regionalmente desconcentradas

Integra as intervenções que, situando-se no quadro de uma estratégia sectorial nacional, se apresentam como mais vantajosas se implementadas com uma forte articulação territorial.

objectivos

- Qualificar os serviços prestados à população e às actividades;
- Estruturar o território, modernizando e dando coerência às infra-estruturas regionais e redes de equipamentos e serviços, melhorando a sua articulação com as redes nacionais;
- Fomentar novos factores de competitividade da economia regional e dinamizar a sua capacidade tecnológica e o seu potencial de inovação;
- Promover a valorização e uma gestão criativa dos recursos e do património natural e cultural da região;
- Qualificar os recursos humanos, promovendo a empregabilidade e o emprego ao nível local;
- Promover antecipadamente os instrumentos de prevenção dos riscos de desemprego de longa duração.

medida III.1 educação: infra-estruturas de educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundários (FEDER)

tipo de projectos

Construção, reparação, remodelação, ampliação e apetrechamento de estabelecimentos de educação e ensino, ao nível da educação pré-escolar, dos 2º e 3º ciclos do ensino básico, do ensino secundário, incluindo-se neste último as Escolas Profissionais, públicas e privadas.

beneficiários

Autarquias; Direcção Regional de Educação; Instituições Particulares de Solidariedade Social; Escolas dos Ensinos Básico e Secundário; Escolas Profissionais; Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo

medida III.2 educação: ensino profissional (FSE)

tipo de projectos

Cursos profissionais que possam integrar a rede regionalizada de oferta qualificante de nível secundário

beneficiários

Pessoas singulares ou colectivas de direito privado proprietárias de Escolas Profissionais devidamente autorizadas pelo Ministério da Educação; Escolas Profissionais Públicas; Direcção Regional de Educação

medida III.3 promoção da empregabilidade e do emprego ao nível local

qualificação e inserção profissional dos desempregados

tipo de projectos

- Acções de Qualificação ou Reconversão Profissional que possibilitem a capitalização de saberes na área de desempenho do trabalhador ou em área diferente
- Acções de formação que permitam o reforço da progressão escolar, a par de uma qualificação profissional
- Acções de Formação-Emprego, destinadas aos desempregados que pretendam desenvolver um projecto específico de inserção
- Acções destinadas a trabalhadores portadores de habilitações de nível superior
- Estágios profissionais em contexto de trabalho

apoio à criação de emprego

tipo de projectos

- Concessão de subsídios não reembolsáveis pela criação líquida de postos de trabalho
- Apoio a iniciativas individuais ou de grupo que visem a criação do próprio emprego
- Acções de formação em constituição, organização e gestão de iniciativas empresariais, destinadas quer a candidatos à criação de unidades empresariais, quer a candidatos à criação do próprio emprego

redes regionais para o emprego

tipo de projectos

Apoio ao funcionamento das estruturas de apoio de suporte às Redes, nomeadamente através do financiamento de pessoal e aquisição de mobiliário e equipamento informático

beneficiários

Pessoas Colectivas de direito público, incluindo Institutos Públicos; Entidades Formadoras acreditadas; Associações Empresariais e Profissionais; Organizações representativas dos trabalhadores; Outras entidades de natureza associativa; Empresas; Pessoas singulares

medida III.4 apoio ao investimento no desenvolvimento local

tipo de projectos

- Compra de equipamento (excepção de viaturas ligeiras), mobiliário e de activo incorpóreo destinados à criação, viabilização e consolidação de unidades empresariais
- Acções de assistência técnica especializada

beneficiários

Pessoas Colectivas de direito público pertencentes à Administração Central e Local, incluindo Institutos Públicos; Micro e pequenas empresas até 20 trabalhadores; Entidades sem fins lucrativos até 20 trabalhadores; Cooperativas com actividades produtivas até 20 trabalhadores; Pessoas individuais desempregadas

medida III.5 ciência, tecnologia e inovação

tipo de projectos

Criação de pelo menos um Centro Ciência Viva em cada distrito.

beneficiários

São Beneficiários Finais:

Consórcios, ou outro tipos de entidades, que assumam a coordenação local de um projecto, demonstrada através de mecanismos sólidos de gestão; Agência Nacional para a Cultura Científica – Ciência Viva.

São Destinatários Finais:

Organismos da administração central, regional e local; Instituições do ensino superior, seus institutos e centros de I&D; Instituições privadas sem fins lucrativos que desenvolvam actividades científicas e tecnológicas; Laboratórios do Estado e outros organismos públicos vocacionados para actividades de I&D; Entidades públicas ou privadas vocacionadas para actividades de formação ou divulgação científica e tecnológica; Empresas, associações empresariais, centros tecnológicos, parques de ciência e tecnologia e outras instituições privadas que promovam ou desenvolvam actividades científicas e tecnológicas.

medida III.6 sociedade de informação – portugal digital (FEDER)

Portugal digital

tipo de projectos

- Ligação de escolas à Rede Ciência, Tecnologia e Sociedade (RCTS), ligação e criação de redes entre universidades e institutos politécnicos, ligação de centros de formação de professores e a criação de contextos educativos que permitam a utilização, por professores e estudantes, dos meios da sociedade da informação para melhoria da qualidade e eficácia do sistema de ensino;
- Criação de conteúdos didácticos suportados em projectos educativos multidisciplinares;
- Obtenção de competências básicas em tecnologias de informação;
- Disponibilização, em formato digital, de conteúdos de interesse público ou cultural;
- Modernização dos serviços internos da administração local, através do uso de meios electrónicos na interacção entre os serviços municipais e os municípios;
- Projectos que contribuam para o aumento da acessibilidade à sociedade da informação de todos os estratos sociais, designadamente os que visem a criação de “montras digitais” e de espaços públicos de acesso gratuito à Internet, livre ou tutorado;
- Uso da tele-medicina para melhoria dos meios de diagnóstico, da prestação de serviços de saúde e da cobertura geográfica e eficácia dos serviços de saúde;
- Utilização das tecnologias da informação e comunicação (Internet e comércio electrónico);
- Outros projectos de especial interesse no âmbito da política para a sociedade da informação.

beneficiários

Entidades públicas da administração central, regional e local; Entidades públicas e privadas vocacionadas para actividades científicas e tecnológicas; Agências de desenvolvimento de natureza nacional, regional ou local ou entidades similares; Organizações não governamentais (ONG), associações culturais ou científicas, outras pessoas colectivas de direito público sem fins lucrativos; Instituições de ensino, incluindo institutos e centros de I&D de instituições do ensino superior; Empresas

estado aberto – modernizar a administração pública

tipo de projectos

- Simplificação processual/organizacional, nomeadamente, os que visem a introdução (ou reformulação) de processos de interacção entre a administração e os respectivos utentes finais (cidadãos e empresas), de acordo com uma perspectiva de *“guichet único”*;
- Aplicações inovadoras de tecnologia na Administração Pública, que visem, nomeadamente, disponibilizar serviços ou produtos da administração aos respectivos utentes finais (cidadãos e empresas) por meios não presenciais, em particular com recurso à Internet.

beneficiários

Consórcios ou outras entidades que assumam a coordenação local do projecto: serviços e organismos da Administração Pública, incluindo os seus serviços desconcentrados e os organismos da Administração Local, e bem assim os Institutos Públicos, nas modalidades de serviços personalizados e de fundos públicos, as fundações públicas e os estabelecimentos públicos.

medida III.7 sociedade de informação – Portugal digital: criar competências para o desenvolvimento de Portugal digital

tipo de projectos

Acções de formação em tecnologias de informação e comunicação exclusivamente integradas nos projectos candidatos a financiamento no âmbito da medida “Sociedade da Informação/FEDER – acção Portugal Digital”.

beneficiários

Consórcios ou outras entidades que assumam a coordenação local dos projectos de Cidades ou Regiões Digitais; Entidades públicas da administração central, regional e local; Entidades públicas e privadas vocacionadas para actividades científicas e tecnológicas; Agências de desenvolvimento de natureza nacional, regional ou local ou entidades similares; Organizações não governamentais (ONG), associações culturais ou científicas, outras pessoas colectivas de direito público sem fim lucrativo; Instituições de ensino, incluindo institutos e centros de I&D de instituições do ensino superior; Empresas.

medida III.8 saúde: implementação dos sistemas locais de saúde (SLS)

tipo de projectos

- Infra-estruturas e equipamentos
- Tratamento de efluentes/águas residuais dos hospitais
- Imagem, identidade, comunicação e atendimento ao cidadão nos centros de saúde
- Criação de condições e infra-estruturas locais que dêem resposta a necessidades emergentes e viabilizem novas práticas assistenciais
- Criação de infra-estruturas de apoio à promoção da saúde
- Formação em saúde/diversificação de perfis profissionais
- Celeridade no acesso a cuidados em situações críticas

beneficiários

Organismos do Ministério da Saúde e estabelecimentos do SNS e de outros Ministérios envolvidos em ações de saúde, IPSS, Santas Casas da Misericórdia, Cruz Vermelha Portuguesa, Associações Mutualistas, Organizações não governamentais, Corporações de Bombeiros.

medida III.9 cultura

tipo de projectos

- Recuperação, revitalização, valorização e animação de castelos;
- Recuperação, revitalização, valorização e animação de sítios arqueológicos;
- Recuperação e valorização de outros imóveis de interesse patrimonial de grande relevância regional.

beneficiários

Organismos da Administração Central, Autarquias Locais, Fundações, Associações e entidades colectivas (públicas ou privadas) sem fins lucrativos.

medida III.10 desporto: desenvolvimento de equipamentos desportivos

tipo de projectos

desenvolvimento da rede de equipamentos de base

Modernização, recuperação, adaptação e construção de grandes e pequenos campos de jogos, pistas de atletismo, pavilhões e salas de desporto e piscinas.

desenvolvimento da rede de equipamentos especializados

Equipamentos destinados à prática desportiva e recreativa de modalidades particulares (desportos náuticos, ciclismo e centros de estágio e treino)

desenvolvimento da rede de equipamentos para alta competição e espectáculos

Equipamentos orientados para a realização de competição de alto nível nacional e internacional

beneficiários

Municípios e Empresas Municipais; Organismos da Administração Pública Desportiva; Associações e Clubes Desportivos sem fins lucrativos e com estatuto de utilidade pública; Federações Desportivas com utilidade pública desportiva.

medida III.11 economia

promoção de áreas estratégicas para o desenvolvimento

tipo de projectos

- Criação, desenvolvimento ou valorização de áreas de localização empresarial (ALE);

beneficiários

Sociedades gestoras de ALE's de natureza empresarial, de capitais mistos ou privados.

- Alargamento e consolidação da rede de mercados abastecedores, em particular os regionais;

beneficiários

Empresas Públicas ou de capital maioritariamente público que tenham como objecto a construção, instalação e gestão directa ou indirecta destes Mercados.

- Projectos integrados turísticos de natureza estruturante de base regional (PITER);

beneficiários

Entidades com capacidade jurídica para exercerem actividade económica no sector do Turismo bem como outras entidades responsáveis pela construção e/ou gestão de infraestruturas e equipamentos de natureza pública e relevância turística com intervenção no âmbito dum Programa PITER.

- Expansão e valorização da Rede Nacional de Turismo Juvenil;

beneficiários

MOVIJOVEM e IPJ

- Recuperação ambiental de áreas mineiras abandonadas e de ordenamento industrial e qualificação ambiental da indústria extractiva;

beneficiários

No caso da recuperação de áreas mineiras abandonadas, o beneficiário será a empresa concessionária das obras de recuperação de minas abandonadas sempre que tal concessão exista. Nos casos em que essa concessão não exista, o beneficiário serão organismos do Ministério da Economia que, após parecer da Direcção Geral do Ambiente, adjudicarão essas obras a entidades externas.

Nos restantes casos, serão os organismos do Ministério da Economia que dinamizarão as acções de estudo e análise das externalidades causadas pela actividade extractiva, bem como os projectos de prospecção que se imponham

- Conversão de consumos de energia para gás natural.

beneficiários

Empresas concessionárias para a distribuição de gás natural.

melhoria da envolvente empresarial

tipo de projectos

- Criação, modernização e consolidação das instituições de interface e de assistência empresarial;

beneficiários

Entidades ou Agências de interface e assistência tecnológica empresarial, públicas ou privadas de natureza institucional

- Criação e modernização dos laboratórios de medição e ensaios e estruturas de prestação de serviços técnicos, das instituições inseridas no Sistema Português da Qualidade;

beneficiários

Entidades privadas, associações ou entidades públicas ou equiparadas que demonstrem interesse e capacidade para vir a possuir ou que possuam Laboratórios de Ensaio e Metrológicos acreditados enquanto entidades do

SPQ; Entidades que pretendam ser reconhecidas ou acreditadas ou que já o sejam no âmbito do SPQ, como Organismos de Normalização, Organismos de Certificação, Organismos de Inspeção Técnica e Auditoria e Organismos de Verificação Metrológica; Entidades que pretendam ser reconhecidas ou acreditadas pelo IPQ ou que já o sejam, na qualidade de gestoras de sistemas integrados ou registados no SPQ;

- Construção e instalação de armazenagem subterrânea de gás natural;

beneficiários

Empresa detentora de licença para o desenvolvimento do projecto de construção e instalação de armazenagem subterrânea de gás natural.

- Expansão em superfície das actuais redes de distribuição de gás natural.

beneficiários

Empresas concessionárias de distribuição de gás natural.

medida III.12 acessibilidades e transportes

tipo de projectos

- Elaboração de planos de transporte que visem uma maior racionalização do sistema e a minimização dos custos de investimentos;
- Desenvolvimento de sistemas ferroviários ligeiros;
- Melhoria das acessibilidades e intervenções em portos regionais;
- Requalificação de estradas nacionais e regionais, visando reforçar a estruturação do sistema urbano principal e contribuir para a organização das respectivas áreas envolventes.

beneficiários

Instituto Marítimo-Portuário; Instituto Portuário do Centro; Instituto das Estradas de Portugal; Operadores de Transporte Público da Região Centro; Metro do Mondego, S.A.; Câmaras Municipais em casos específicos.

medida III.13 ambiente

conservação e valorização do património natural

tipo de projectos

- Estudos de caracterização e suporte à elaboração de planos especiais de ordenamento do território, planos sectoriais e planos de acção, bem como programas de conservação de espécies e habitats.
- Acções de manejo de espécies e habitats (manutenção, recuperação, repovoamentos, alimentadores, controlo de espécies exóticas, arborizações com espécies autóctones, etc.)
- Acções e estruturas do tipo: Centros e Postos de Informação; Centros de Interpretação e/ou Centros de Educação Ambiental; Ecomuseus e Núcleos Museológicos; Centros de Acolhimento, Casas de Abrigo e Casas de Retiro; Trilhos e Percursos de Interpretação; Sinalização; Parques de Campismo, Parques de Merendas; Edição de material de divulgação.
- Acções de apoio ao desenvolvimento local: Infraestruturas de suporte às actividades tradicionais; Reabilitação de património histórico e cultural que potencie o desenvolvimento de actividades económicas ligadas à visitação; Requalificação ambiental de aglomerados rurais; Recuperação e melhoria de caminhos e acessos.

beneficiários

Serviços do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território; Municípios e suas Associações; Entidades públicas ou privadas, mediante protocolo ou outra forma de contratualização com o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

valorização e protecção dos recursos naturais

tipo de projectos

- Execução das intervenções previstas nos Planos de Praia;
- Valorização de praias (limpeza e execução de infraestruturas);

- Operações de transposição de inertes e recargas de praias;
- Reabilitação de sistemas dunares;
- Estabilização de arribas e falésias;
- Retirada de intrusões visuais e paisagísticas;
- Obras de defesa costeira e manutenção das estruturas existentes;
- Construção de passadiços, infra-estruturas, acessos, estacionamento com óbvias repercussões na qualidade da fruição balnear;
- Limpeza e desassoreamento de linhas de água e de sistemas lagunares;
- Valorização das zonas fluviais e recuperação do património (infraestruturas de apoio);
- Valorização das albufeiras (infraestruturas de apoio);
- Recuperação e melhoria das condições de segurança de barragens;
- Requalificação ambiental e reabilitação do património;
- Reabilitação e requalificação de áreas degradadas e frentes urbanas;
- Estudos de base técnico-científicos e Planos de Pormenor;
- Divulgação e Sensibilização Ambiental de projectos apoiados.

beneficiários

Serviços do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território; Municípios e suas Associações; Outras entidades, públicas ou privadas, mediante protocolo ou outra forma de contratualização com o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

informação e gestão ambientais

tipo de projectos

- Aquisição de equipamento e software para os subsistemas regionais de aquisição, armazenamento e processamento de dados de base regional;
- Construção ou adaptação de instalações, nomeadamente estações ou centros de aquisição e processamento de dados de ambiente;
- Construção, ampliação ou reabilitação das unidades laboratoriais no domínio da água, ar, ruído, solos e com a aquisição de equipamento necessários ao cabal desempenho das suas funções;
- Conclusão da rede da qualidade do ar incluindo a criação de estruturas fixas, e uma rede de comunicações;
- Aquisição de equipamentos fixos e móveis para medição do ruído do ambiente exterior e respectivo software de aquisição de dados e ainda equipamento para contador de tráfego rodoviário e equipamento informático (software e hardware) para campanhas de medição acústica no exterior.

beneficiários

Serviços do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território; Outras entidades, públicas ou privadas, mediante protocolo ou outra forma de contratualização com Serviços do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

melhoria do ambiente urbano

tipo de projectos

- sistemas de monitorização, de tratamento e de processamento de dados ambientais urbanos para apoio à decisão e/ou divulgação ao público;
- Acções de sensibilização e de informação para diferentes grupos-alvo tendo em vista a melhoria da qualidade do ambiente urbano;

- Caracterização e a gestão do ambiente urbano, podendo contemplar a produção cartográfica de base digital e o recurso às novas tecnologias de informação, nomeadamente, os Sistemas de Informação Geográfica;
- Criação de sistemas de gestão de dados relativos aos transportes colectivos e de informação ao público, visando o incremento da sua eficiência e atractividade, no âmbito de Operações Integradas;
- Criação de postos de informação ao público no domínio do ambiente urbano;
- Redução da produção de resíduos no espaço urbano e/ou a sua valorização, designadamente, estruturas de recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos;
- Estudos, projectos e assessoria técnica tendo em vista a execução e a gestão de acções que concorram para os objectivos desta acção;
- Projectos complementares de Operações Integradas de Requalificação Urbana e de Valorização Ambiental de Cidades, nomeadamente instalação/ conversão de mobiliário e sinalética urbana.

beneficiários

Serviços do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território; Municípios e suas Associações; Outras entidades, públicas ou privadas, mediante protocolo ou outra forma de contratualização com o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

promoção de acções de recuperação do passivo ambiental

tipo de projectos

Estudos, monitorização, diagnósticos e apoio a projectos referentes à recuperação do passivo ambiental e requalificação ambiental.

beneficiários

Entidades, públicas ou privadas, mediante protocolo ou outra forma de contratualização com o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território; Serviços do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território; Municípios e suas Associações

medida III.14 agricultura e desenvolvimento rural

diversificação na pequena agricultura

tipo de projectos/despesas elegíveis

- Diversificação das actividades, nomeadamente no domínio da apicultura, agro-turismo, actividades artesanais e prestação de serviços de proximidade;
- Pequenos melhoramentos fundiários, plantações, aquisição de animais reprodutores, comercialização de produtos da exploração e diversificação de actividades no domínio agrícola;
- Construções e equipamentos adaptados à dimensão e características da exploração agrícola;
- Melhoria funcional da habitação do agricultor.

beneficiários

Agricultores titulares de explorações agrícolas de pequena dimensão

desenvolvimento dos produtos de qualidade

criação e modernização das unidades produtivas

tipo de projectos/despesas elegíveis

- Construção, adaptação ou aquisição de bens imóveis, com excepção da compra de terrenos;
- Aquisição de maquinaria e equipamento novo, programas informáticos e meios de transporte específico da actividade a desenvolver;
- Aquisição de sistemas de tratamento de efluentes;
- Consultorias, estudos, aquisição de patentes e licenças.

destinatários

Agrupamentos de produtores; Outras pessoas singulares e colectivas.

incentivos a produtos de qualidade

tipo de projectos/despesas elegíveis

- Realização de estudos de caracterização dos produtos de qualidade e dos modos de produção particulares;
- Realização de acções de controlo e certificação de produtos de qualidade;
- Reforço da capacidade de acesso aos mercados, através, nomeadamente do estudo, concepção e desenvolvimento de embalagens e rótulos e da criação de logotipos;
- Melhoria dos circuitos e sistemas de comercialização dos produtos de qualidade.

beneficiários

Agrupamentos de produtores; Organismos privados de controlo e certificação (OPC).

gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas

apoio à instalação de organizações de produtores florestais

tipo de projectos/despesas elegíveis

Constituição e arranque de associações e cooperativas de produtores florestais e das estruturas organizativas dos baldios

beneficiários

Associações de produtores florestais e cooperativas florestais ou com secção florestal; Órgãos de administração dos baldios

apoio à constituição e instalação de prestadores de serviços florestais

tipo de projectos/despesas elegíveis

Constituição e instalação de entidades prestadoras de serviços técnicos de natureza florestal aos produtores florestais

beneficiários

Cooperativas de serviços florestais; Pequenas empresas de serviços florestais

apoio à prestação de serviços florestais

tipo de projectos/despesas elegíveis

Prestação de serviços técnicos especializados e de qualidade, essenciais ao desenvolvimento sustentável da floresta

beneficiários

Cooperativas de serviços florestais; Pequenas empresas de serviços florestais; Organizações interprofissionais de carácter florestal; Organizações de produtores florestais; Órgãos de administração dos baldios

apoio à prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos

tipo de projectos/despesas elegíveis

- Acções e investimentos em espaços florestais com vista à prevenção de incêndios florestais e de outras situações de emergência (componente 1)
- Adopção, a título experimental, de medidas de protecção fitossanitária, através da elaboração e aplicação de planos de intervenção plurianuais (componente 2)

beneficiários

Produtores florestais (só na Componente 1); Organizações de produtores florestais; Organismos da Administração Pública detentores e gestores de

superfícies florestais; Órgãos de Administração e gestão de baldios; Autarquias locais

apoio à valorização e conservação dos espaços florestais de interesse público

tipo de projectos/despesas elegíveis

- Conservação e melhoria das florestas, nomeadamente os relativos à protecção dos solos, da água e dos ecossistemas florestais, e à redução dos riscos de incêndios

beneficiários

Produtores florestais; Organizações de produtores florestais; Órgãos de Administração de baldios; Autarquias locais; Outras pessoas colectivas de direito privado detentoras de áreas florestais.

serviços à agricultura

instalação de serviços de substituição e gestão das explorações agrícolas

tipo de projectos/despesas elegíveis

- Serviços de substituição nas explorações agrícolas em caso de impedimento temporário de agricultores, respectivos cônjuges e trabalhadores permanentes;
- Serviços de gestão técnica, económica, financeira e administrativa das explorações agrícolas;
- Círculos de mecanização e serviços, visando o aproveitamento dos excedentes de capacidade de trabalho, de máquinas e de mão de obra existentes nas explorações agrícolas.

beneficiários

Cooperativas e associações de agricultores de 1º grau; Organizações interprofissionais de âmbito regional, com ligação ao sector agrícola;

Associações e outras pessoas colectivas de 1º grau, vocacionadas para o desenvolvimento rural.

desenvolvimento de outros serviços à agricultura

tipo de projectos/despesas elegíveis

Componente 1 - Ajudas à instalação de entidades prestadoras de serviços agrícola

Componente 2 - Comparticipação no custo de serviços agrícolas essenciais

beneficiários

Cooperativas e associações de agricultores de 1º grau; Organizações interprofissionais de âmbito regional, com ligação ao sector agrícola; Centros tecnológicos; Associações e outras pessoas colectivas de 1º grau, vocacionadas para o desenvolvimento rural; Pequenas empresas de serviços agrícolas.

gestão de recursos hídricos e emparcelamento

novos regadios colectivos e beneficiação de regadios tradicionais

tipo de projectos/despesas elegíveis

- Elaboração de estudos e projectos de execução;
- Execução de obras: construção ou reparação de barragens, açudes, charcas, reservatórios, estações elevatórias e de bombagem e respectivos equipamentos e tomadas de água; construção de pequenas barragens subterrâneas; prospecção e captação de águas subterrâneas através de furos e poços; construção ou recuperação de redes de rega, de drenagem e viária; construção de centrais mini-hídricas; aquisição e montagem de contadores de água em redes de rega colectiva sob pressão ou outro equipamento necessário a uma adequada gestão da água; construção de redes de electrificação; obras de defesa contra marés e cheias; desenvolvimento de acções de emparcelamento; adaptação ao regadio;
- Construção, recuperação e equipamento das sedes das associações de regantes e/ou beneficiários, juntas de agricultores ou cooperativas de rega;
- Expropriações e indemnizações a efectuar com as obras;

- Acompanhamento e fiscalização, incluindo consultadoria (jurídica, arqueológica, etc.);
- Testagem das obras;
- Aperfeiçoamento técnico em projectos, obras e exploração de regadios;
- Equipamento para instalação de áreas piloto;
- Implementação de sistemas de informação geográfica;
- Instalação de sistemas de monitorização de qualidade da água, de eficiência de distribuição de água e da degradação de solos;
- Acções minimizadoras de impactes ambientais.

beneficiários

No caso dos novos regadios colectivos, os agricultores e proprietários de prédios rústicos, organizados em Associações de Beneficiários ou Regantes, Juntas de Agricultores ou Cooperativas de Rega, e Organismos da Administração Central; No caso da Beneficiação de Regadios Tradicionais, os agricultores organizados em Juntas de Agricultores ou Cooperativas de Rega.

reabilitação e modernização dos perímetros de rega

tipo de projectos/despesas elegíveis

- Elaboração de estudos e projectos de execução;
- Execução de obras de construção, modernização ou reparação ao nível de: barragens; captação de águas subterrâneas através de furos e poços; redes de rega, de drenagem/ enxugo, viárias e de electrificação, desde que integradas na área de influência do perímetro e ainda que em zonas não beneficiadas actualmente; estações elevatórias, reservatórios e equipamentos; órgãos e equipamentos de segurança e de exploração; automatizações; instalações de apoio e de protecção às redes de rega e drenagem; acções de emparcelamento;
- Recuperação e modernização das centrais hidroeléctricas associadas aos perímetros de rega;

- Recuperação e construção de edifícios sede e aquisição de equipamento de funcionamento;
- Acompanhamento e fiscalização, incluindo consultoria;
- Instalação de sistemas de monitorização de qualidade da água, de eficiência de distribuição de água e da degradação de solos;
- Aperfeiçoamento de técnicas de regadio;
- Equipamento para instalação de áreas piloto;
- Implementação de sistemas de informação geográfica;
- Expropriações e indemnizações a efectuar com as obras;
- Acções minimizadoras de impactes ambientais.

beneficiários

Agricultores utentes dos aproveitamentos hidro-agrícolas, organizados em associações de beneficiários ou de regantes, juntas de agricultores e Cooperativas de Rega.

emparcelamento rural

tipo de projectos/despesas elegíveis

- Estudos de ordenamento do espaço rural;
- Apoio técnico, acompanhamento, fiscalização e avaliação.
- Elaboração de estudos prévios e projectos;
- Execução dos projectos: infra-estruturas rurais; melhoramentos fundiários; equipamentos de natureza colectiva com fins económicos ou sociais; reconversão e instalação de culturas perenes; obras de conservação e protecção da natureza e da paisagem; indemnizações e aos agricultores pelos danos causados aquando da elaboração e execução de projectos; equipamentos necessários ao funcionamento e manutenção das obras;

- Fotografia aérea, ortofotocartografia e cadastro geométrico;
- Apoio técnico, acompanhamento, fiscalização e avaliação, incluindo consultoria;
- Estudos de impacto ambiental, bem como outros estudos específicos;
- Constituição de associações de beneficiários.

beneficiários

Associações de agricultores; Autarquias Locais; Organismos da Administração Central.

caminhos e electrificação agro-rurais

caminhos agrícolas e rurais

tipo de projectos/despesas elegíveis

Elaboração de estudos e projectos, com a construção e/ou beneficiação dos caminhos, incluindo obras de arte, sinalização e acções minimizadoras de impacto ambiental, com o acompanhamento e fiscalização das obras e com o controlo de qualidade e ensaios.

beneficiários

Agricultores organizados em Associações de Agricultores, directamente ou através dos organismos da Administração Pública; Autarquias Locais.

electrificação

tipo de projectos/despesas elegíveis

- Instalação de redes de distribuição e linhas de alimentação em média e baixa tensão, postos de transformação e o acompanhamento e fiscalização.

beneficiários

Embora o processo se inicie com a apresentação de uma candidatura por parte dos utilizadores da energia eléctrica ou dos seus representantes

(nomeadamente através de Associações de Agricultores), das Autarquias Locais ou por iniciativa dos organismos da Administração Central de âmbito regional, a execução do investimento é realizada pelo distribuidor local de energia eléctrica.

valorização do ambiente e do património rural

recuperação e valorização do património natural, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural

tipo de projectos/despesas elegíveis

- Elaboração, divulgação, dinamização, acompanhamento e avaliação do Plano Global de Intervenção e dos projectos;
- Construção, beneficiação e recuperação de infra-estruturas colectivas e criação de zonas de lazer e espaços verdes;
- Recuperação e beneficiação do património rural de interesse colectivo;
- Recuperação de fachadas de edifícios de traça tradicional;
- Recuperação ou reconversão de edificações e seu apetrechamento para dinamização de actividades culturais em meio rural;
- Preservação e valorização paisagística dos espaços agrícolas e florestais abrangidos pelo Plano de Intervenção;
- Melhoria do espaço envolvente quando associados a candidaturas individuais ao Grupo II das Medidas Agro-Ambientais;
- Construção ou recuperação de passagens, zonas pedonais, itinerários, muros de protecção e sinalética de locais de interesse.

beneficiários

Associações de desenvolvimento regional e local; Agricultores e produtores florestais e respectivas organizações; Autarquias locais e outras entidades públicas; Pessoas colectivas de direito privado sem fins lucrativos; Parcerias de agentes de carácter colectivo de âmbito local; Outras pessoas singulares ou colectivas (apenas no âmbito da apresentação de projectos).

conservação do ambiente e dos recursos naturais

tipo de projectos/despesas elegíveis

- Projecto de requalificação ambiental;
- Investimentos de requalificação ambiental enquadrados numa solução de carácter colectivo (construção e adaptação de instalações e aquisição de equipamentos).

beneficiários

- Entidades promotoras dos projectos colectivos de requalificação ambiental

dinamização do desenvolvimento agrícola e rural

tipo de projectos/despesas elegíveis

- Elaboração de estudos e preparação dos Planos de Acção;
- Dinamização e divulgação, acompanhamento e apoio técnico, e avaliação da execução dos Planos de Acção;

beneficiários

Pessoas colectivas ou outras entidades sem fins lucrativos de direito privado que, autonomamente ou conjuntamente com organismos da Administração Pública, actuem como entidades dinamizadoras de iniciativas de âmbito local dirigidas a territórios específicos de características rurais bem identificados.

medida III.15 pescas - infra-estruturas de portos

tipo de projectos

- Construção ou reforço de obras exteriores de abrigo;
- Construção de infra-estruturas portuárias.
- Reordenamento e renovação de infra-estruturas;
- Arranjo de acessos e terraplenos envolventes de portos de pesca;
- Construção/melhoramento de infra-estruturas em pequenos núcleos de pesca.

beneficiários

Instituto Marítimo - Portuário; Institutos e Administrações Portuárias; Docapesca e outras entidades sujeitas a controle público; Instituto de Conservação da Natureza

medida III.16 pescas – equipamentos e transformação

linha de acção 1

tipo de projectos

- Criação de infra-estruturas e aquisição ou melhoria de equipamentos colectivos destinados ao desenvolvimento da aquicultura, nomeadamente de acondicionamento e salubridade;
- Reestruturação ou ordenamento de áreas aquícolas e tratamento colectivo dos efluentes aquícolas.

linha de acção 2

tipo de projectos

- Operações de certificação de qualidade, de etiquetagem, de racionalização das denominações e de normalização dos produtos.

beneficiários

Associações e Cooperativas; Organizações de Produtores; Organizações Públicas e Privadas reconhecidas pela Autoridade de Gestão; Grupos de Profissionais/Empresas.

medida III.17 assistência técnica FEDER

linha de acção 1 – eixos prioritários I e II

tipo de acções

- Estudos
- Acções de Informação e Publicidade
- Aquisição de Equipamento
- Contratação de Recursos Humanos
- Outros

linha de acção 2 – apoio ao investimento no desenvolvimento local

linha de acção 3 – saúde: implementação dos sistemas locais de saúde

linha de acção 4 – cultura

linha de acção 5 – desporto – desenvolvimento de equipamentos desportivos

linha de acção 6 – economia

linha de acção 7 – ambiente

linha de acção 8 – pescas - infra-estruturas de portos

tipo de acções

- Sensibilização dos potenciais beneficiários e acções de promoção;
- Edição de documentos, designadamente de divulgação, de orientação sobre procedimentos ou de natureza técnica no âmbito dos objectivos das medidas;

- Estudos de indicadores de realização e de impacto;
- Estudos necessários à implementação das medidas, nomeadamente, auditorias e avaliação de tendências;
- Aquisição de equipamento e aplicações informáticas para desenvolvimento do sistema de gestão e de monitorização;
- Contratação de pessoal afecto à gestão da medida desconcentrada;
- Sistemas informáticos de acompanhamento e gestão;
- Aquisições de serviços necessárias à implementação das medidas;
- Despesas relativas à avaliação técnica dos projectos.

beneficiários

Eixos Prioritários I e II

Comissão de Coordenação da Região Centro

Eixo Prioritário III

Entidades responsáveis pelas Medidas do Eixo Prioritário III

medida III.18 assistência técnica FSE

eixos prioritários I e II

tipo de acções

- Estudos
- Acções de Informação e Publicidade
- Aquisição de Equipamento
- Contratação de Recursos Humanos
- Outros

promoção da empregabilidade e do emprego a nível local

tipo de acções

- Sensibilização dos potenciais beneficiários e acções de promoção;
- Edição de documentos, designadamente de divulgação, de orientação sobre procedimentos ou de natureza técnica no âmbito dos objectivos das medidas;
- Estudos de indicadores de realização e de impacto;
- Estudos necessários à implementação das medidas, nomeadamente, auditorias e avaliação de tendências;
- Aquisição de equipamento e aplicações informáticas para desenvolvimento do sistema de gestão e de monitorização;
- Contratação de pessoal afecto à gestão da medida desconcentrada;
- Sistemas informáticos de acompanhamento e gestão;
- Aquisições de serviços necessárias à implementação das medidas;
- Despesas relativas à avaliação técnica dos projectos.

beneficiários

Eixos Prioritários I e II

Comissão de Coordenação da Região Centro.

Promoção da Empregabilidade e do Emprego a nível local

Entidade responsável pelas Medidas do Eixo Prioritário III.3 e III.4

medida III.19 assistência técnica FEOGA

tipo de acções

- Sensibilização dos potenciais beneficiários e acções de promoção;
- Edição de documentos, designadamente de divulgação, de orientação sobre procedimentos ou de natureza técnica no âmbito dos objectivos das medidas;
- Estudos de indicadores de realização e de impacto;
- Estudos necessários à implementação das medidas, nomeadamente, auditorias e avaliação de tendências;
- Aquisição de equipamento e aplicações informáticas para desenvolvimento do sistema de gestão e de monitorização;
- Contratação de pessoal afecto à gestão da medida desconcentrada;
- Sistemas informáticos de acompanhamento e gestão;
- Aquisições de serviços necessárias à implementação das medidas;
- Despesas relativas à avaliação técnica dos projectos.

beneficiários

Comissão de Coordenação da Região Centro.

Entidade responsável pela Medida do Eixo III com participação do FEOGA

quadros e gráficos

contos							
eixo I	inv. total	comp nac	tot fundos	feder	feoga	fse	ifop
	159 802 999	47 611 657	112 191 342	104 431 795		7 759 547	
med 01	59 183 076	20 714 077		38 469 000			
med 02	32 518 632	8 129 667		24 388 966			
med 03	23 413 333	5 853 333		17 560 000			
med 04	9 105 333	2 276 333		6 829 000			
med 05	10 849 275	3 797 231		7 052 044			
med 06	10 346 039	2 586 491				7 759 547	
med 07	13 152 569	3 945 840		9 206 729			
med 08	1 234 740	308 685		926 055			
eixo II	inv. total	comp nac	tot fundos	feder	feoga	fse	ifop
	60 692 107	17 369 173	39 017 863	30 134 975	5 000 008	3 882 879	
med 01	15 209 249	4 562 723		10 646 526			
med 02	1 442 439	344 994					
med 03	5 534 522	1 518 857		3 543 664		1 034 982	
med 04	12 942 583	3 796 286		8 858 297			
med 05	6 799 312	1 898 143		4 429 169			
med 06	3 929 170	1 138 851		2 657 319			
med 07	10 980 101	3 160 023			5 000 008		
med 08	3 854 731	949 297				2 847 898	
eixo III	inv. total	comp nac	tot fundos	feder	feoga	fse	ifop
	352 847 729	132 051 877	191 720 469	123 980 832	36 335 972	31 095 524	308 141
med 01	19 128 150	4 363 954		14 348 095			
med 02	21 583 069	8 645 175				11 653 430	
med 03	31 740 228	10 959 014				18 253 603	
med 04	6 953 155	2 353 382		3 528 469			
med 05	1 600 904	800 452		800 452			
med 06	9 300 961	3 129 524		6 171 437			
med 07	1 246 597	710 107				536 490	
med 08	16 417 295	4 104 292		12 313 003			
med 09	1 981 001	495 191		1 485 811			
med 10	11 483 400	4 316 169		7 167 231			
med 11	50 497 025	27 283 949		23 213 076			
med 12	91 714 411	45 959 759		43 493 565			
med 13	9 644 189	2 411 129		7 233 060			
med 14	71 368 936	14 382 745			35 609 225		
med 15	2 426 924	607 054		1 819 870			
med 16	561 159	112 168					308 141
med 17	3 238 420	831 658		2 406 762			
med 18	992 976	343 974				649 002	
med 19	968 930	242 182			726 747		
	inv. total	comp nac	tot fundos	feder	feoga	fse	ifop
	573 342 835	197 032 707	342 929 674	258 547 602	41 335 980	42 737 951	308 141

euros

eixo I	inv. total	comp nac	tot fondos	feder	feoga	fse	ifop
	797 093 998	237 485 944	559 608 054	520 903 595		38 704 459	
med 01	295 203 941	103 321 378		191 882 563			
med 02	162 202 254	40 550 606		121 651 648			
med 03	116 785 215	29 196 304		87 588 911			
med 04	45 417 211	11 354 303		34 062 908			
med 05	54 115 956	18 940 508		35 175 448			
med 06	51 605 824	12 901 365				38 704 459	
med 07	65 604 738	19 681 765		45 922 973			
med 08	6 158 859	1 539 715		4 619 144			
eixo II	inv. total	comp nac	tot fondos	feder	feoga	fse	ifop
	302 730 948	86 637 070	194 620 279	150 312 623	24 939 937	19 367 719	
med 01	75 863 414	22 758 767		53 104 647			
med 02	7 194 854	1 720 822				5 162 466	
med 03	27 606 077	7 576 027		17 675 724			
med 04	64 557 332	18 935 793		44 185 001			
med 05	33 914 823	9 467 897		22 092 600			
med 06	19 598 617	5 680 565		13 254 651			
med 07	54 768 514	15 762 127			24 939 937		
med 08	19 227 317	4 735 072				14 205 253	
eixo III	inv. total	comp nac	tot fondos	feder	feoga	fse	ifop
	1 759 997 054	658 671 986	956 297 667	618 413 782	181 243 063	155 103 822	1 537 000
med 01	95 410 809	21 767 312		71 567 997			
med 02	107 655 892	43 121 949				58 127 063	
med 03	158 319 592	54 663 332				91 063 551	
med 04	34 682 190	11 738 620		17 599 930			
med 05	7 985 276	3 992 640		3 992 636			
med 06	46 393 000	15 610 000		30 783 000			
med 07	6 218 000	3 542 000				2 676 000	
med 08	81 889 120	20 472 120		61 417 000			
med 09	9 881 192	2 470 000		7 411 192			
med 10	57 278 956	21 528 958		35 749 998			
med 11	251 878 100	136 091 763		115 786 337			
med 12	457 469 553	229 246 313		216 944 990			
med 13	48 105 012	12 026 661		36 078 351			
med 14	355 986 754	71 740 829			177 618 063		
med 15	12 105 444	3 027 971		9 077 473			
med 16	2 799 050	559 490					1 537 000
med 17	16 153 169	4 148 291		12 004 878			
med 18	4 952 945	1 715 737				3 237 208	
med 19	4 833 000	1 208 000			3 625 000		
	inv. total	comp nac	tot fondos	feder	feoga	fse	ifop
	2 859 822 000	982 795 000	1 710 526 000	1 289 630 000	206 183 000	213 176 000	1 537 000

programa operacional da região centro
(2000-2006)

eixo I
apoio aos investimentos de interesse municipal e intermunicipal

medida I.1
equipamentos e infra-estruturas locais

medida I.2
ambiente e recursos naturais

medida I.3
acessibilidades

medida I.4
qualificação dos aglomerados urbanos

medida I.5
apoio às actividades económicas e acções de desenvolvimento territorial

medida I.6
desenvolvimento dos recursos humanos

medida I.7
acções específicas de valorização territorial

medida I.8
bonificação de juros em linhas de crédito ao investimento autárquico

eixo II
acções integradas de base territorial

medida II.1
acção integrada para a qualificação e competitividade das cidades componente territorial (FEDER)

medida II.2
acção integrada para a qualificação e competitividade das cidades componente empregabilidade (FSE)

medida II.3
acções inovadoras de dinamização das aldeias

medida II.4
acção integrada "turismo e património no vale do cba"

medida II.5
acção integrada de base territorial da serra da estrela

medida II.6
acção integrada de base territorial do pinhal interior (FEDER)

medida II.7
acção integrada de base territorial do pinhal interior (FEOGA)

medida II.8
desenvolvimento dos recursos humanos e promoção da coesão social

eixo III
intervenção da administração central regionalmente descentralizada

medida III.1
educação - infra-estruturas da educação (pré-escolar, básico e secundário) (FEDER)

medida III.2
educação - ensino profissional (FSE) (FEDER)

medida III.3
promoção da empregabilidade e do emprego ao nível local

medida III.4
apoio ao investimento no desenvolvimento local

medida III.5
ciência, tecnologia e inovação

medida III.6
sociedade da informação (portugal digital) - (FEDER)

medida III.7
sociedade da informação (portugal digital)

medida III.8
saúde - implementação dos sistemas locais de saúde (SLS)

medida III.9
cultura

medida III.10
desporto - desenvolvimento de equipamentos desportivos

medida III.11
economia

medida III.12
acessibilidades e transportes

medida III.13
ambiente

medida III.14
agricultura e desenvolvimento rural

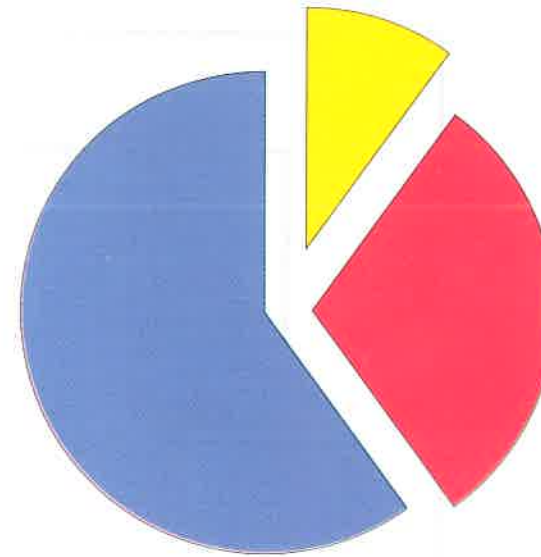
medida III.15
pescas - infra-estruturas de portos

medida III.16
pescas - equipamentos e transformação

medida III.17
assistência técnica (FEDER)

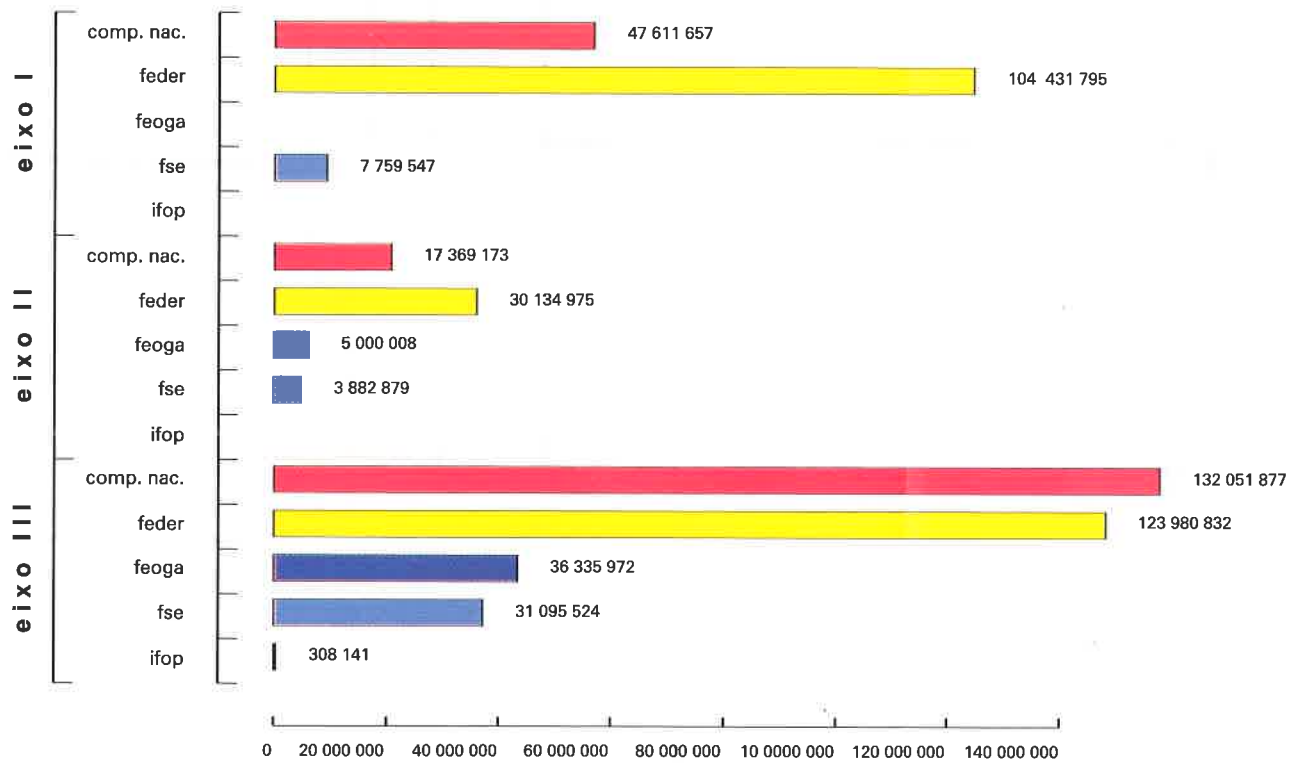
medida III.18
assistência técnica (FSE)

medida III.19
assistência técnica (FEOGA)



eixo I 159 802 999 (28%)
eixo II 60 692 107 (11%)
eixo III 352 847 729 (61%)

investimento 2000-2006



Gabinetes de Apoio e Recepção de Candidaturas do Programa Operacional da Região Centro

eixo I – apoio ao investimento de interesse municipal e inter-municipal

Comissão de Coordenação da Região Centro – CCRC

Gabinetes de Apoio Técnico - GAT

eixo II – acções integradas de base territorial

Comissão de Coordenação da Região Centro – CCRC

Gabinetes de Apoio Técnico – GAT

Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior – DRABI

Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral – DRABL

Delegações Distritais do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas – IFADAP

DRAOT – Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território

eixo III – intervenções da administração central regionalmente desconcentradas

Educação

DREC – Direcção Regional da Educação do Centro

Saúde

ARSC – Administração Regional da Saúde de Coimbra

Agricultura e Desenvolvimento Rural

DRABL – Direcção Regional da Agricultura da Beira Litoral

DRABI – Direcção Regional da Agricultura da Beira Interior

Pescas

DRPAC – Direcção Regional das Pescas e Aquicultura do Centro

Economia

DRCME – Direcção Regional do Centro do Ministério da Economia

Desporto

IND da DRC – Instituto Nacional do Desporto – Delegação da Região Centro

Cultura

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico (Direcção Regional de Coimbra)

Acessibilidades e Transportes

Coordenador Regional de Acessibilidades e Transportes

Ciência Tecnologia e Inovação

MCT - IOCTI – Ministério da Ciência e Tecnologia - Intervenção Operacional da Ciência e Tecnologia e Inovação

Sociedade da Informação

MCT - IOSI – Ministério da Ciência e Tecnologia - Intervenção Operacional da Sociedade da Informação

Ambiente

DRAOT – Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território

Emprego, Formação e Desenvolvimento Social

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

Moradas e Contactos

CCRC - Comissão de Coordenação da Região Centro

Rua Bernardim Ribeiro, 80
3000-069 Coimbra

Tel. 239 400 100 / 400 198 / 9

Fax 239 701 657

Email geral@ccr-c.pt

<http://www.ccr-c.pt>

GAT – Gabinetes de Apoio Técnico

GAT de Águeda

Rua Joaquim Francisco de
Oliveira, 5 – 3º
3750 Águeda

Tel. 234 623 508

Fax 234 624 066

E-mail gatagueda@mail.telepac.pt

GAT de Arganil

Av.ª Irmãos Duarte
3300 Arganil

Tel. 235 205 484

Fax 235 205 480

GAT de Aveiro

Rua do Carmo, 20
3800-127 Aveiro

Tel. 234 421 163

Fax 234 381 574

GAT de Castelo Branco

Praça Rainha D.Leonor
6000-117 Castelo Branco

Tel. 272 343742

Fax 272 343742

GAT de Coimbra

Rua Fonte do Bispo, 136 r/ch
3030-243 Coimbra

Tel. 239 793580

Fax 239 793589

GAT da Covilhã

Rua dos Combatentes da Grande
Guerra, 62 – 2º e 3º
6200-076 Covilhã

Tel. 275 323 026

Fax 275 327 779

GAT da Figueira da Foz

Rua Dr. Mendes Pinheiro, Ap. 2007
3080-032 Figueira da Foz

Tel. 233 424 994

Fax 233 429 076

GAT de Figueiró dos Vinhos

Rua José Malhoa
3260 Figueiró dos Vinhos

Tel. 236 552 279

Fax 236 553 605

GAT da Guarda

Largo S. Vicente, 1
6300-600 Guarda

Tel. 271 200 520
Fax 271 200 537

GAT de Leiria

Rua da Cooperativa S. Romão
2410-256 Leiria

Tel. 244 815 355
Fax 244 813 677

GAT da Lousã

Rua General Humberto Delgado
3200-242 Lousã

Tel. 239 995 640
Fax 239 995 259

GAT de Santa Comba Dão

Rua Amargura
3440 Santa Comba Dão

Tel. 232 881 433
Fax 232 881 795

GAT de Seia

Av. 1º de Maio
6270 Seia

Tel. 238 313 214
Fax 238 314 171

GAT da Sertã

Pinhal de Cima, lote 7
6100 Sertã

Tel. 274 603 559
Fax 274 603 561
gatseta@mail.telepac.pt

GAT de Trancoso

Av. 1º de Dezembro
6420 Trancoso

Tel. 271 829 100
Fax 271 829 108

GAT de Viseu

Solar dos Peixotos
Largo de S. Martinho
3500 Viseu

Tel. 232 422 038
Fax 232 424 529

DRABI

Rua Amato Lusitano, Lote 3
Estrada Circunvalação
6000-150 Castelo Branco

Tel. 272 323 263 / 73
Fax 272 329 684
drabi@mail.telepac.pt

DRABL

Av. Fernão Magalhães, 465
3000-177 Coimbra

Tel. 239 800 500
Fax 239 833 679
drabl@drabl.min-agicultura.pt

DREC

Rua General Humberto Delgado,
319
3030-327 Coimbra

Tel. 239 798 800
Fax 239 402 977
dren@dren.min-edu.pt

ARSC

Av.Sá da Bandeira, 89-A
3000-351 Coimbra
Tel. 239 419 100
Fax 239 435 432

DRPAC

Av.Bacalhoeiros, 222 -1º
3830-553 Gafanha da Nazaré
Tel. 234 365 887
Fax 234 362 386

DRCME

Rua Câmara Pestana, 74
3000 Coimbra
Tel. 239 700 200
Fax 239 405 611
dre.centro@ip.pt

IND - Delegação do Centro

Rua General Humberto Delgado,
395, 1º
3030 Coimbra
Tel. 239 702 897
Fax 239 702 897

**IPPAR – Delegação Regional
de Coimbra**

Rua Fernandes Tomás, 76
3000 Coimbra
Tel. 239 829 590
Fax 239 829 787

**Coordenador Regional de
Acessibilidades e Transportes**

CCRC - R. Bernardim Ribeiro, 80
3000-069 Coimbra
Tel. 239 400 100 / 400 198 / 9
Fax 239 701 657
geral@ccr-c.pt
<http://www.ccr-c.pt>

MCT - IOCTI

Av. D.Carlos I, 126 – 1º
1249-047 Lisboa
Tel. 213 930 309

MCT – IOSI

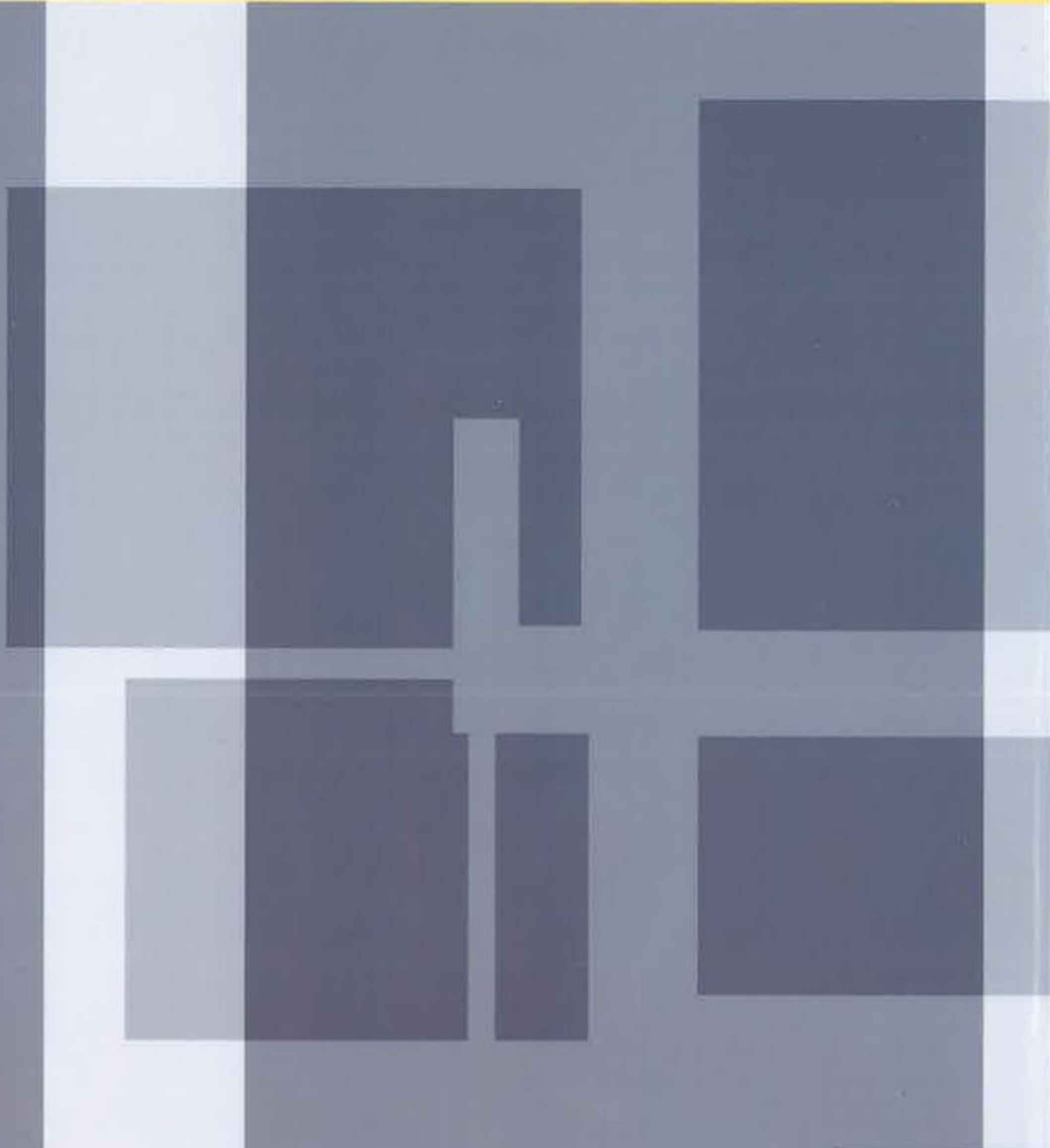
Edifício Green Parque
Av. dos Combatentes, 43-A 10ªC
1600-042 Lisboa
Tel. 217 210 916
Fax 217 220 5541

DRAOT

R. Padre Estevão Cabral, 79, 6º Esq.
3001-959 Coimbra
Tel. 239 850 200
Fax 239 832 824
dram.centro@mail.telepac.pt

IEFP

Av. Fernão Magalhães, 660
3000 Coimbra
Tel. 239 860 886
Fax 239 860 801



INSTITUTO DO PLANEAMENTO

COMISSÃO DE
COORDENAÇÃO DA
REGIÃO CENTRO